

COMPARTILHAMENTO E MICROTERRITORIALIDADES DO ESPAÇO SOCIAL METROPOLITANO

ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

alvaro.heidrich@ufrgs.br

RESUMO

O objetivo desta explanação é refletir sobre o espaço social e as microterritorialidades da metrópole. Busca-se analisar esse espaço, considerado por Henri Lefebvre como meio e mediação, no qual dois feixes de condicionamentos são importantes: vive-se tanto o cotidiano de integração socioespacial ampla com a propensão significativa da mediação técnica na condução da vida – numa articulação com o global –, como os espaços de vida ordinária, das práticas socioespaciais de vínculos fortemente locais. É uma geografia que se tornou complexa demais, impregnada de planos diferenciados destinados à evitação do conflito, com dinâmicas de usufruto e negação, ocupação e contenção, além de espaço compartilhado por vivências culturais e políticas comuns. Finaliza-se essa discussão tratando-se algumas situações na cidade de Porto Alegre, em relação aos atributos das microterritorialidades para refletir essa complexidade.

PALAVRAS-CHAVE: Compartilhamento socioespacial. Espaço social. Meio metropolitano. Microterritorialidades urbanas.

SHARING AND MICRO-TERRITORIALITY OF THE METROPOLITAN SOCIAL SPACE

ABSTRACT

The object of this explanation is to reflect upon the social space and the metropolitan micro-territorialities. One attempts to analyze this space, considered by Henri Lefebvre as medium and mediation, in which two sets of conditioning are

important: one lives both the everyday life of wide social-spatial integration with the significant propensity of the technical mediation in the conduct of life – in a global articulation –, and that of ordinary life, of social-spatial practices of strong local bonds. It is a geography that has become too complex, impregnated with different levels destined to the avoidance of conflict, with dynamics of usage and denial, occupation and containment, besides the space shared through common cultural and political experience. One ends this discussion dealing with some situations in the city of Porto Alegre, relative to the attributes of micro - territorialities to reflect this complexity.

KEYWORDS: Social-spatial sharing. Social space. Metropolitan environment. Urban micro-territorialities .

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é refletir sobre o espaço social da metrópole, por meio da observação de dinâmicas ocorridas em Porto Alegre, a maior cidade do conjunto metropolitano, a qual reúne, por isso, os aspectos mais aguçados desse meio em sua região. Trata-se de um meio concentrador das dinâmicas contemporâneas atuais e de experiências diversas, onde se vive em proximidade a novidades, informações e objetos de consumo, transfigurando todo seu conjunto de ações e objetos em compartilhamento normal, que proporciona um viver acostumado. Desse modo, busca-se ressaltar as relações além do material, que se acomodam em ideias e ações. Todavia, se esse compartilhamento é tão banal, nele também se identifica a intencionalidade em demarcar a diferença, seja pela ideia de influenciar, seja para estabelecer distinção. A metrópole, onde o meio urbano se superdimensiona, extrapola o que se idealiza da convivência civilizatória, como um espaço público pactuado, e itera a força do espaço social. Por isso, é objeto de ocupações e usos que podemos compreender como microterritorialidades. Sob essa premissa, por meio de um diálogo teórico e exercício de leitura, expõe-se, a seguir, uma discussão sobre ocupações e usos de sentido microterritorial na cidade de Porto Alegre.

O CONTEXTO E O PROBLEMA

Porto Alegre é um município que contava, em 2010, com 1.409.351 habitantes¹, sendo que apenas 1,37% desse montante não reside em área urbanizada. É o principal núcleo urbano da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a qual, composta por mais 30 municípios, ocupa a quarta maior posição entre as metrópoles brasileiras em tamanho populacional, com 3.958.985 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2010. Pode ser considerada uma metrópole regional, assim como as cidades de Salvador, Curitiba, Recife e Fortaleza. Seu núcleo urbano, principalmente suas centralidades recebem um grande contingente de pessoas durante a semana, oriundas, em grande parte, dos demais municípios da Região Metropolitana, que para lá se deslocam por motivos de trabalho, estudo ou consumo. Conforme o estudo de Nívea Peixoto e Oberon Mello (2009), 55% dos deslocamentos intermunicipais da RMPA, por motivo de trabalho ou estudo, têm como destino essa capital.

Muito embora seu status regional, de modo semelhante às grandes metrópoles, Porto Alegre é uma cidade onde se manifestam dinâmicas urbanas muito mais tensionadas, pois, apesar de reunir recursos em abundância, eles são, contraditoriamente, insuficientes para tanta busca e necessidade. É maior a disputa pelo próprio espaço, são mais altos os preços da sua feição mercadoria, valorizada pelo paradoxo de se apresentar concentrada e, ao mesmo tempo, pouco disponível, rara. É o lugar da concentração de pessoas e também do afastamento entre elas, espaço impregnado de tensões e contradições, como expõe Ana Fani A. Carlos (2001, p. 33-34):

Lugar de expressão dos conflitos, afrontamento-confrontações; lugar do desejo ou onde os desejos se manifestam, na metrópole se circunscrevem as ações e os atos do sujeito; aí se encontram os vestígios do que podemos chamar “harmonia dissonante” [...], de vestígios de tempos históricos diferenciais que o indivíduo se acha ou se perde, pois o espaço é o ponto de convergência entre o passado e o presente. É também o lugar da manifestação da experiência individual e da experiência socializante [...], produto de uma multiplicidade de trocas de todos os tipos que produz a

¹ Cf. Sinopse do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

sociabilidade na cidade. Reproduz-se na contradição entre a eliminação substancial e a manutenção persistente dos lugares de encontros e reencontros, da festa, da apropriação do público para a vida.

A noção de meio torna-se assim adequada para refletir sobre o feixe de condicionamentos presentes no espaço metropolitano, onde a tecnologia e a comunicação favorecem uma integração socioeconômico-cultural global. Compartilhamos um único sistema nesta era de capitalismo tecnológico (SANTOS, 1996), e a metrópole nos oferece o meio condensado dessa universalidade. Ela é e contém o mundial, é lugar de articulação – de influências – de lugares e da simultaneidade (CARLOS, 2001). Expressa a feição geográfica da última modernidade (RIBEIRO, 2008), o período no qual os conteúdos culturais do urbano genérico são movidos pelo encadeamento e pela mediação técnica.

A condensação técnica e comunicacional proporcionada pelo meio metropolitano é fator fundamental para a hodierna supremacia dos fluxos sobre os fixos. O encadeamento é provocativo ao senso de imobilidade do lugar. Com conotações paradoxais, essa crescente integração proporciona isolamento, pois, “ao mesmo tempo em que se participa cada vez mais dos planos gerais de articulação da sociedade, cada vez menos as ações são pessoais, comunitárias, e a coletividade se mantém por causa das estruturas e dos reconhecimentos formais” (HEIDRICH, 2007). Pode-se falar, então, de uma condição metropolitana que reúne os atributos da centralidade e seu usufruto, que contém a mediação da mercadoria e seus sentidos simbólicos, de um espaço profundamente tensionado pelas dinâmicas que, simultaneamente, ofertam e negam a cidade.

Porém, tudo o que há é espaço, possui as conotações do social e as condições objetivas e simbólicas do urbano metropolitano, que compreende situações de extrema desigualdade, revelada não só pela existência de Espaços “nobres”, de classes endinheiradas, e daqueles de classes médias e populares, como também pela presença de policentrismos, fraturas socioespaciais e periferias. Cada um desses grupos estaria “acantonado numa posição ou numa classe precisa

de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 134).

A conotação desse espaço social dá indicações de certo esvaziamento da sua constituição pública, assim como já observaram Richard Sennet (1988), Paulo César da Costa Gomes (2001) e Andrea Semprini (1999), o que, porém, não se explicita como a sua não ocupação e o seu não uso. A manifestação que nele se verifica é pura comunicação e presença compartilhada, mesmo que muitas vezes destituídas de regramentos. Tal situação demanda que se indague: Como se delineiam os movimentos do compartilhar? Qual é a lógica das manifestações? O que deixamos de ver, ofuscados pela normatividade das estruturas herdadas, pelos movimentos da exposição das diferenças (SENNET, 1988; SEMPRINI, 1999) e pela fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, como bem expôs Marcelo Souza (1999)?

Essa é a dimensão do espaço geográfico que compreende a interferência ativa das relações sociais, de sistemas de ações e relações espaciais de um grupo (DI MÉO e BULÉON, 2007), espaço que, para Henri Lefebvre, “articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (2008a, p. 41). Por isso, concebe-o “como um intermediário em todos os sentidos do termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação” (LEFEBVRE, 2008a, p. 44). O contexto remete ao cotidiano e ao compartilhamento do tempo livre, ou quase livre, desassociado da produção, de ordem e desordem, ordem distante e ordem próxima. Esse meio incrementa-se na condição metropolitana, na qual duelam concentração e falta. Por isso, trata-se de um

[...] espaço, homogêneo e contudo deslocado, recortado e entretanto ordenado, desarticulado e todavia conservado, é o espaço onde o centro, explodindo, se enrijece, por exemplo, nos centros comerciais, lugares onde o monofuncional permanece a regra, mas com um cenário e um esteticismo não-funcionais, com simulacros de festas e uma simulação do lúdico. É o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas: o espaço, ao mesmo tempo informe e duramente constrangedor das periferias e dos subúrbios; onde os cortiços, as favelas, as cidades de urgência completam os subúrbios residenciais; onde as normas reinam, prescrevendo as utilizações do tempo, enquanto se devota ao espaço toda a

espécie de discursos e interpretações, ideologias e valores “culturais”, artísticos, etc. (LEFEBVRE, 2008a, p. 49).

Por essas razões, também é relevante a importância do seu valor simbólico. Tal espaço – social – ganha os contornos de uma topologia social, à maneira de um espaço geográfico recortado por regiões, “fundadas em princípio de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social” (BOURDIEU, 1989, p. 131). Ocupar uma posição nesse espaço, assumindo certo valor no contexto social, pode representar um ato comunicacional. É a representação de uma ideia, um valor. Serve tanto para compreender a vinculação da posição material, na geografia mais absoluta, como o seu deslocamento no campo das ideias sobre a distinção do grupo ou da pessoa num contexto socioespacial.

Andrea Semprini (1999) concebe-o como um espaço sociocultural em ascensão, enquanto declinam as ações e concepções de espaço público apoiadas no modelo político, que vão, assim, perdendo sentido. O que ganha relevo nessa conformação são o compartilhamento das mesmas opiniões e projetos e a posse de referências comuns.

No modelo político tradicional, a definição de cada grupo, de seus interesses e de sua trajetória eram relativamente previsíveis. Isto se torna mais difícil num contexto onde as variáveis – étnicas, raciais, religiosas, sexuais, culturais – que definem a formação dos grupos e as respectivas reivindicações são por definição dinâmicas, interativas e contextuais. A afiliação a um grupo pode ser temporária e os indivíduos podem pertencer a diversos grupos. Com frequência, o único aspecto que unifica todas essas entidades é sua posição marginal em relação ao centro do espaço sociocultural (SEMPRINI, 1999, p. 119).

Todavia, não se quer dizer que a política desapareça numa oposição à cultura. O que de fato ocorre é a aparição cada vez mais enfática do cultural, que vai adentrando um mundo em que ele ocupa posições e se apresenta com intencionalidade. Para Giles Lipovetsky e Jean Serroy, a cultura ganha um peso inédito, vai à desforra, tornando-se “um foco de dissensões e enfrentamentos múltiplos” (LIPOVETSKY; SERROY, 2011, p. 24).

Entendo que a reflexão que se propõe exige recorrer a dois conceitos, o de representações e o de território. O primeiro, por estar o contexto em foco impregnado de significados e sentidos e, o segundo, justamente porque o movimento nesse espaço social é de ocupação, percurso, efemeridade, reocupação e coexistência de múltiplas referências, à maneira de como têm se expressado a multiterritorialidade e a microterritorialidade no meio metropolitano.

Muito embora pouca coisa escape ao campo das representações, porque envolve o conhecimento, ele é onde a reflexão está inexoravelmente ligada ao significado das coisas, à produção da ideia. Para Henri Lefebvre (2006, p. 102),

[a] análise das representações leva o pensamento aos confins do racional, nas cercanias do paradoxo que se limita com o absurdo e, contudo, é distinto do absurdo. A máscara representa alguém: seja um desaparecido, seja alguém distante.

A noção, a ideia em sentido amplo, e o conceito, a concepção precisamente elaborada, estabelecem vínculos fundamentais com o campo cultural, da criação, da compreensão do vivido. Viver implica representar e, ao mesmo tempo, transgredir a própria representação, que tem a ver com a produção de significados. Uma vida plena de sentido é naturalmente reconhecível em comunidades pequenas e tradicionais, mas na complexidade do cotidiano moderno, o sentido vem permeado e reelaborado por instituições e meios produtores de ideias e mensagens.

Já se pode dizer que possuímos tradição em abordar a cultura (MORAES, 1989; GOMES, 2003). Inicialmente, ela foi compreendida pelos geógrafos como conteúdo de paisagem, reconhecida, caracterizada e comparada. A abordagem era predominantemente morfológica (HARTSHORNE, 1978, SAUER, 1998), e nossa compreensão do humano foi elaborada muito em sua generalidade, o Homem, a relação Homem-Meio, e no detalhe, o específico, compreendido pela relação deste com uma geografia em particular (SORRE, 1963; 1964). Se as paisagens figuram como partida da observação, sua compreensão permite adentrar a cultura. Todavia, estando contemporaneamente os meios modificados, as paisagens não são mais expressões apenas do que se encontra em seu lugar, elas possuem técnica e

informam conteúdos com finalidades que respondem por sua relação com a produção, a comunicação geral e as intencionalidades externas (SANTOS, 1996).

Além de sua feição, sua morfologia, faz sentido falar da cultura pela ação, afinal, daí vem seu significado, isto é, o de cultivar, de intervir no espaço, transformá-lo, produzir um habitat, paisagens com identidade, lugares denominados, que falam de si mesmos por serem resultantes das inúmeras formas de mediação (CLAVAL, 1999). A ação transforma, produz forma e, se o que é feito não é consumido, então permanece, propaga-se, pode ser capturado, memorizado. Ganha sentido humano, o fazer que se transforma em obra e se configura em patrimônio, certamente humano (ARENDETT, 1999). Por isso é coerente refletir sobre a cidade e a microterritorialidade com base nos sentidos socioespaciais básicos, tal como os concebeu Jöel Bonnemaïson (2002), o “espaço estrutural, o espaço vivido e o espaço cultural”, associados, respectivamente, a suas feições, práticas socioespaciais e representações.

A ação produz a forma. Por esta iniciamos a investigação e buscamos compreender o que lhe deu origem. Mas o agir, o ser no mundo, completa-se com a ideia que se faz do ato e de sua ligação com a própria permanência, que tem a ver com a forma, já anteriormente descoberta. Desse modo, a feição ganha sentido por sua representação. Esses aspectos se integram em tríade. Ações e representações são criadoras de feições, que dizem respeito ao fato, à gravação da cultura no espaço.

Não nos cabe, portanto, esboçar compreensão isolada da forma, da ação ou da representação. Quando nos reportamos a uma ou outra, devemos aceitar sua imbricação complexa. O território também se efetiva pela articulação de materializações apropriadas, práticas de uso e concepções dessas relações (HEIDRICH, 2001), o que implica ser impossível separar materialidade e imaterialidade. Da mesma maneira, as territorialidades e suas microexpressões devem ser concebidas como manifestações desse movimento, como propensões do agir.

Historicamente, o uso coletivo do território é bastante diferenciado e, nas condições atuais, isso é evidenciado, devido ao estágio técnico em que nos encontramos e ao modo como nos portamos em relação às diferenças sociais e ao estabelecimento das normas sociais. Quanto mais complexos são os agrupamentos humanos, quanto mais profusos os ordenamentos, maior é a propensão para o estabelecimento de usos distintivos do território (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1988).

Como citado anteriormente, quando caracterizamos a condição metropolitana, um fator que favorece o aparecimento de novas territorialidades está relacionado à mudança do meio, que ocorre principalmente pela incorporação de objetos técnicos, os quais facilitam as conexões e os fluxos. Contudo, ao mesmo tempo em que possibilitam o contato, o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de relações econômicas e sociais com realidades antes muito distantes, propiciam, cada vez mais, a individualização e o afastamento das experiências locais. A territorialidade que alguns vivem pode se diferenciar da territorialidade de outros, considerando o acúmulo de tecnologia e de bens econômicos presente em cada uma. O acesso ao meio mais técnico, evidentemente, depende das condições socioeconômicas. À medida que paisagem e espaço se transformam, a população que habita vive o novo estado, mas nem sempre da mesma forma, pois a mudança pode trazer territorialidades que não são comuns a todos, que dependem de compartilhamentos distintos.

Pode-se dizer, então, que distintas territorialidades podem coexistir desde que não se pretenda a mesma coisa com elas. A coexistência de uma identidade nacional e uma identidade regional, por exemplo, é possível, pois ainda que ambas sejam referenciadas territorialmente, não dizem respeito a territórios que se conflitam, por estar um contido no outro. Quando, porém, houver disputa de áreas e do que elas contêm, ou seja, quando a finalidade da territorialidade buscada for a mesma, será preciso solucionar o embate.

Em relação ao espaço urbano, notadamente do meio metropolitano, o sentido da microterritorialidade advém da tensão que se estabelece entre vida

compartilhada, linhas de fuga, apropriações, disputas, marcações de posição e práticas socioculturais, no lugar da formalidade política.

A fim de comentar esse contexto, em exercício de diálogo para a sua compreensão, expõem-se, no próximo item, aspectos de microterritorialidade na cidade de Porto Alegre, em três modalidades: o agir de bondes de pichadores, as ocupações irregulares do solo urbano para moradia e as observações de estilo de vida.

MICROTERRITORIALIDADES

A cidade tornou-se espaço preenchido por microterritórios e seus momentos. As suas expressões, principalmente. A materialização é o que dá aspecto de efetividade à relação que os produzem e, quando ela não permanece, quando não é constante, o espaço abre-se para outro uso, outra ocupação, mesmo que em ideia ocorram as ligações que mantenham o sentido anterior. Mais acentuadamente na grande cidade e na metrópole, o espaço geográfico tem sido objeto da transgressão e da ousadia, da manifestação daquilo que não é norma, do que é visto como desvio, como, por exemplo, as microterritorializações homoeróticas (COSTA, 2008), as ocupações *punks* (TURRA NETO, 2004) ou as marcações de pichação (COLLOVINI, 2010). Enquanto as duas primeiras expressões microterritoriais possuem um elevado grau de transitoriedade ou efemeridade, por se efetivarem pela presença de seus atores, a pichação constitui marca que permanece na paisagem por algum tempo e é a partir desta permanência que a sua lógica territorial é gerada.

Pichações

Tiago Collovini (2010) pesquisou essa prática em Porto Alegre e constatou que as ideias de manifestação contra a sociedade e o Estado e de contestação ao consumismo não são as razões que a movem. Em seu estudo, o autor a define como uma atitude de jovem que busca identificação e conclui que os participantes dos diferentes grupos de pichação almejam consumir e progredir socialmente. Contudo,

mesmo que os atores da ação não tenham o objetivo precípua de contestar, a marca expressa transgressão e acaba por ser aspecto “motivador de sua ação” (COLLOVINI, 2010, p. 58).

Nada mais adequado do que as vias movimentadas, os prédios altos e os monumentos históricos para se fazerem ver no meio do turbilhão de imagens da cidade contemporânea. A respeito dos aspectos que asseguram a propriedade privada, pouco sabe o jovem e tampouco lhe interessa saber, muito embora guarde uma noção de desafio por transgredir o Código Penal, fato que estimula a prática. Citada tantas vezes nas entrevistas, a adrenalina que move o pichador a subir, pelos aparelhos de ar condicionado, até o décimo andar dos edifícios é a mesma que o faz transgredir a lei de defesa do patrimônio. A maior prova disso é a pichação do próprio nome do bonde, da zona ou do integrante, o que afronta o artigo 163 do Código Penal, sinal de que o pichador sabe que está transgredindo, mas, para ele, esse é apenas mais um elemento motivador de sua ação.

O picho não pertence somente ao jovem que o pratica, mas ao grupo a que ele pertence, à tribo que ele promove. Isso não exclui sua busca de identidade, mas reforça-a, à medida que é atrás da tribo que esse jovem encontra coragem para se manifestar. Pode-se dizer que o bonde² e o pichador praticam uma espécie de mutualismo: enquanto o pichador se promove pichando o nome do bonde, este se reforça nas mãos do pichador (COLLOVINI, 2010, p. 59).

Se a construção da identidade é reforçada pela vinculação do jovem a um grupo, portanto, um atributo mais social do que territorial, ela apenas se completa com a prática que, por se efetivar como marcação em espaço, adquire então o vínculo territorial. E a lógica se propaga interna e externamente devido à relação com o outro grupo. O jogo tem a ver com a diferenciação e vai implicando mutuamente sujeitos e territorialidades.

Da mesma forma os territórios criados a partir deste tipo de pichação podem ser tidos como autorreprodutores, ou seja, eles permanecem limpos até que surja uma única pichação. A partir do

² O termo “bonde”, que tem identificado no Brasil grupos praticantes de *Funk*, em Porto Alegre caracteriza o ato de “dominar”, que significa influência através de práticas como a formação de “bandas”, promoção de festas, brigas e a pichação (Cf. COLLOVINI, 2010, p. 27).

primeiro picho, “aperta-se o gatilho” para que outros bondes se sintam desafiados a pichar mais alto, pichar por cima, “atropelar o picho” (COLLOVINI, 2010, p. 59).

QUADRO 1 – BONDES ATUANTES EM PORTO ALEGRE, POR SETOR DA CIDADE E BAIROS DE ORIGEM – 2010.

Setor	Grupo (Bonde)	Bairro	Status social do bairro
Norte	AVL (Amigos Vida Loka)	São Geraldo	Classe média
	Lok's	Passo das Pedras	Classe Média/Popular
	Mitos	Lindoia	Classe média
	Mulek's	Sarandi	Popular
	Os Cristo	Cristo Redentor	Classe média
	Os Padaria	Parque dos Maias	Popular
	Os Vultos	Cohab Leopoldina	Popular
	Patrões		
	Traços	Jardim Leopoldina	Popular
Sul	Adideros	Vila Cruzeiro	Popular
	Boleros	Restinga	Popular
	Falados		
	Impactos	Alto Teresópolis	Classe Média
	Nikeros		
	Kptas	Medianeira	Classe Média
	Pirados	Monte Cristo	Popular
	Sem Noção	Azenha	Classe Média
Leste	Malcriados	Campo da Tuca (Partenon)	Popular
	Os Ala	Bom Jesus	Popular
	Perversos		

	Dinâmicos	Vila Jardim	Classe Média/Popular
	Os Vila Jardim		
	Tiranos		

Fonte: adaptado de Tiago Collovini, 2010.

As áreas de pichação desses grupos, nas quais disputam territórios uns com outros, são os bairros mais centrais e as mais importantes avenidas da cidade, em locais que lhes garantam expressão, notoriedade. A prática territorial se firma com a iteração em seu território e o avanço sobre os territórios de outros. Nesse jogo, em certas situações, alianças são promovidas entre bondes, recriando suas denominações. No estudo de Tiago Collovini, a cidade de Porto Alegre mostrava-se “dominada” por 23 bondes, originários tanto de bairros populares como de classes médias (Quadro 1).

A prática da pichação é reconhecida pelas marcas que deixa na cidade, alterando a paisagem. Os traços possuem feição de criptografias, quase nada compreensíveis por um *outsider*. Para quem não está envolvido, aquele para quem a pichação não configura um microterritório nítido, ela é apenas formadora do cenário, sem distinções, marcas da/na cidade. Por outro lado, revela-se plenamente compreensível, como microterritorialidade, para os atores envolvidos, os participantes de cada bonde e seus diferentes, os adversários de tal jogo. Como ela se repete em outras tantas cidades e principalmente metrópoles, não seria demais compreendê-la no contexto das Metrôpoles Comunicacionais, de Massimo Canevacci (2005), cidades movimentadas fundamentalmente pela comunicação juvenil, fortemente inovadora e destoante das práticas tradicionais.

Ocupações irregulares, morar e ganhar a cidade

O termo “ocupação irregular” é usado frequentemente para expressar a apropriação informal do solo, assim considerada porque se faz em desacordo com os preceitos legais da organização urbana. Desse modo, desenvolve-se com certa similaridade àquilo que consideramos microterritorialidade, no que representa

ocupação, marcação ou uso do espaço, com aspecto destoante do que é comum, regular, estabelecido ou lícito. Ela compõe, portanto, conjuntos de posições, pois é forma de ocupação do espaço urbano.

Em essência, o que se revela por meio dessas – em geral, micro – territorialidades é a busca do que a geografia da cidade disponibiliza. Na pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre³, destacaram-se quatro aspectos essenciais que envolvem essa busca: (1) a própria cidade que, entre outros aspectos, significa mercado, oportunidades econômicas, consumo de serviços e garantias sociopolíticas; (2) a centralização, isto é, o conjunto dos benefícios da cidade reunidos em lugar central; (3) a localização e o acesso, ou seja, a facilidade de se chegar a um lugar central; e (4) a distinção da posição ocupada, o que se refere à diferença socioespacial definida pela concentração dos valores de um grupo social materializada no espaço.

Se, por um lado, é bastante evidente que as áreas de ocupação irregular manifestam-se como territórios, por outro, não soam da mesma maneira para a cidade. Porém, sua feição territorializadora se revela por sua expressão de ator social configurado pelo poder político instituído.

Territorializar é construir e reconstruir sem cessar aquilo que envolve o ator social, materialmente e nas suas representações: pela instituição, por seu ar de poder e influência; pelo indivíduo, por uma sutil ‘alquimia’ entre o pessoal e o coletivo, já que nosso aparelho cognitivo não pode inventar tudo (TIZON, 1996, p. 21).

A territorialidade institucional, os espaços regulados da cidade têm como objetivo principal firmar o ordenamento sobre interesses ou finalidades conflitantes. A organização da cidade legal, como a que se vê pelo estabelecimento de unidades espaciais nos planos diretores, por se fundar no princípio de regulação do uso do solo urbano, é de sentido essencialmente territorial. Parte de um real e estabelece um ideal, que se conjugam no equilíbrio de poderes aceitos.

³ Observações conquistadas com a pesquisa “O território da ocupação: formação, cotidiano e relações com a cidade”, realizada na cidade de Porto Alegre, com base em dados estatísticos e cartográficos relativos ao ano 2000, e levantamento de dados em campo desenvolvido em 2009 e 2010. Primeiros resultados apresentados em “Territórios de ocupação e busca da cidade” (HEIDRICH, 2010).

As práticas de ocupação e suas intencionalidades revelam a tensão entre ocupação irregular e conformação legal na disputa pela constituição do espaço social. As áreas que foram ocupadas não possuem originalmente *in situ* toda a materialização do urbano, pois é a partir de seus vazios que as ocupações ocorrem, em geral, terrenos de instituições públicas municipais, estaduais ou federais⁴, alguns em situação de litígio e poucos de propriedade particular. São áreas com falta ou precariedade de equipamentos urbanos ou benfeitorias, mas que se localizam, de forma predominante, nas proximidades de tais recursos. É bastante comum não serem portadoras de meios de consumo coletivo, apresentando perfil de áreas relegadas:

[...] Aí ele falou para o meu marido, que ele é primo do meu marido, aí ele disse assim “a gente vai invadir aquele pedaço do lado de lá “porque isso aqui era uns cômodos de areia, que eles tiravam do valão, tiravam do Guaíba e atiram pra cá, então tinha uns lugar que eram uns buraco, tinha outros que era areia até lá em cima (moradora da Vila Icarai II).

A carência de muitos dos atributos materiais do urbano plenamente constituído é também um aspecto territorial dessas áreas. Guardam as características dos espaços segregados, mas já antes disso, são cantos e nesgas dos lotes urbanos, com condições que muitas vezes oferecem maior risco à saúde e à sobrevivência, como as áreas inundáveis junto aos cursos d’água ou encostas mais íngremes (Figura 1). Esses espaços têm constituição similar à das periferias, em função da carência ou da precariedade. Em Porto Alegre, considerando-se os dados do Censo Demográfico de 2000, cerca de 8,44% dos domicílios localizavam-se em terrenos desprovidos de serviço e equipamentos urbanos (CASTELLO, 2009).

À medida que se consolida a permanência nesses locais, aos poucos as comunidades logram conquistar melhorias, ainda que nem sempre integrais. A escola para os filhos, o transporte público e as alternativas de trabalho que a localização proporciona vão se somando, porém, ao histórico de conquistas e assim vai se fazendo o diálogo das comunidades ocupantes com a cidade. Isso produz um importante sentido: as áreas ainda não incorporadas plenamente vão ganhando a

⁴ Cf. Moraes (1999, 2000).

cidade em virtude de uma prática territorial. É o fato que enlaça e articula, numa relação em que há, ao mesmo tempo, inserção e segregação, como um movimento que não se interrompe. Desse modo, o que é notadamente microterritorial vai se mesclando como um espaço ora destoante, ora consonante.

FIGURA 1 - VILA MINUANO, ARROIO PASSO DAS PEDRAS.



Fonte da imagem: Quickbird, DEMHAB, 2008. Geoprocessamento: Rodrigo de Aguiar.

A marca de espaço singularizado que faz relação com o contexto maior por intermédio do seu conjunto particular é um aspecto muito nítido da relação de natureza territorial. Não se trata apenas da comunidade, é todo um pedaço da cidade e, por isso, o território contém, além do fato em si, o sentimento de fazer

parte, de pertencer e sentir-se vinculado. Isso não significa, porém, que seus ocupantes expressem uma única compreensão sobre os problemas que os afligem. Em muitos casos, o grupo de ocupantes forma uma comunidade – de vizinhança, territorial –, mas constitui um corpo social complexo no interior do qual se encontram diferenças e, certamente, divergências. Seu aspecto unificado é dado por sua expressão territorial, pois esta é a condição que identifica o pertencimento. Para Guy Di Méo e Pascal Buleón (2007, p. 118) “o ideal é uma condição necessária para a formação das realidades materiais e da reprodução das relações que engendram” e, quando vinculadas ao território, as representações consubstanciam materialidade e imaterialidade.

Por mais que haja diferenças de opinião entre vizinhos, a referência que contribui para a visão de cada um no contexto origina-se na mesma realidade socioterritorial. Compartilham uma reivindicação bastante comum: ter o direito de se manter no lugar, de estar na cidade. Quando indagados sobre o lugar, em geral afirmam: “aquilo ali não era de ninguém” (morador da Vila Chocolatão), ou “era lugar abandonado, a gente é que deu o jeito nisso” (moradora da Vila Icarai II).

A ocupação, o lugar “garantido”, confere a posse, que pode se dar em troca de pequenas quantias, muitas vezes estabelecidas pelo parâmetro da necessidade do envolvido na transação. É claro que com o passar do tempo e a melhoria da localização devido a algum incremento da cidade, pode-se auferir uma renda. Essa dinâmica entrelaça-se com a original, gerando certo conflito de estratégias: a de ganhar a cidade e a de servir-se do recurso da ocupação como meio de reprodução social. Tal situação se confirma quando moradores de reassentamentos ou áreas reurbanizadas repassam a outros a moradia conquistada e retornam à situação de ocupação-autoconstrução-reivindicação, como ocorria na Vila Areia, área integrada a um projeto de reurbanização em desenvolvimento no bairro Humaitá⁵. Conforme

⁵ O Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC), conforme divulgado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, visa ao desenvolvimento urbano, socioeconômico e ambiental da região e conta com investimento de R\$ 140 milhões. As ações, voltadas para a construção de habitações no próprio local de ocupação, implantação de sistema viário e saneamento, atendem 3.775 famílias, com 3.061 novas casas e 714 lotes urbanizados. O Programa conta com financiamento externo e recursos municipais.

se vê na imagem (Figura 2), é composta de barracos, dos quais boa parte foi removida. A territorialidade constituída nesses locais é de grande complexidade e adquire aspecto de instabilidade, pois a memória coletiva é fragmentária, já que uns saem e outros chegam com muita rapidez. Assim, as mudanças não envolvem apenas a paisagem, mas também os compartilhamentos e, evidentemente, os sentidos das experiências (BERGER; LUCKMANN, 2004).

A coesão dessas comunidades é atravessada por diferenças pertinentes às sociedades complexas, considerando-se a multiplicidade de experiências de seus membros, como por exemplo, suas opções religiosas, seus lugares de origem e as alternativas de condução da vida, que variam, desde o encontro da oportunidade de trabalho, até a sujeição a formas menos lícitas de obtenção de rendimento. Delineiam aspectos de formação da territorialidade também por causa da contingência essencialmente locacional que, por essa mesma razão, oferece oportunidades de um agir coletivo.

Essas experiências vão se associando à geografia do lugar ocupado e seu contexto na cidade; ao cotidiano, que envolve subemprego, estratégias de subsistência e a convivência contraditória entre a precariedade e a presença do urbano; e ao próprio agir, que implica, principalmente, a itinerância e a ocupação. O que diz respeito, pois, à formação dessas territorialidades, não é viverem as pessoas uma única experiência, mas compartilharem uma confluência de viveres. Mesmo que o vivido não diga respeito a todos, o que todos vivem é sempre perpassado pela ocorrência de fatos ali localizados.

Já foram entregues 1.629 unidades habitacionais. Restam aproximadamente seis vilas para sofrer intervenção, ainda em análise pelo PIEC.

FIGURA 2 – VILA AREIA EM REMOÇÃO. AO CENTRO, VÊ-SE ÁREA REURBANIZADA E ABAIXO, PAVILHÕES DE PASSAGEM

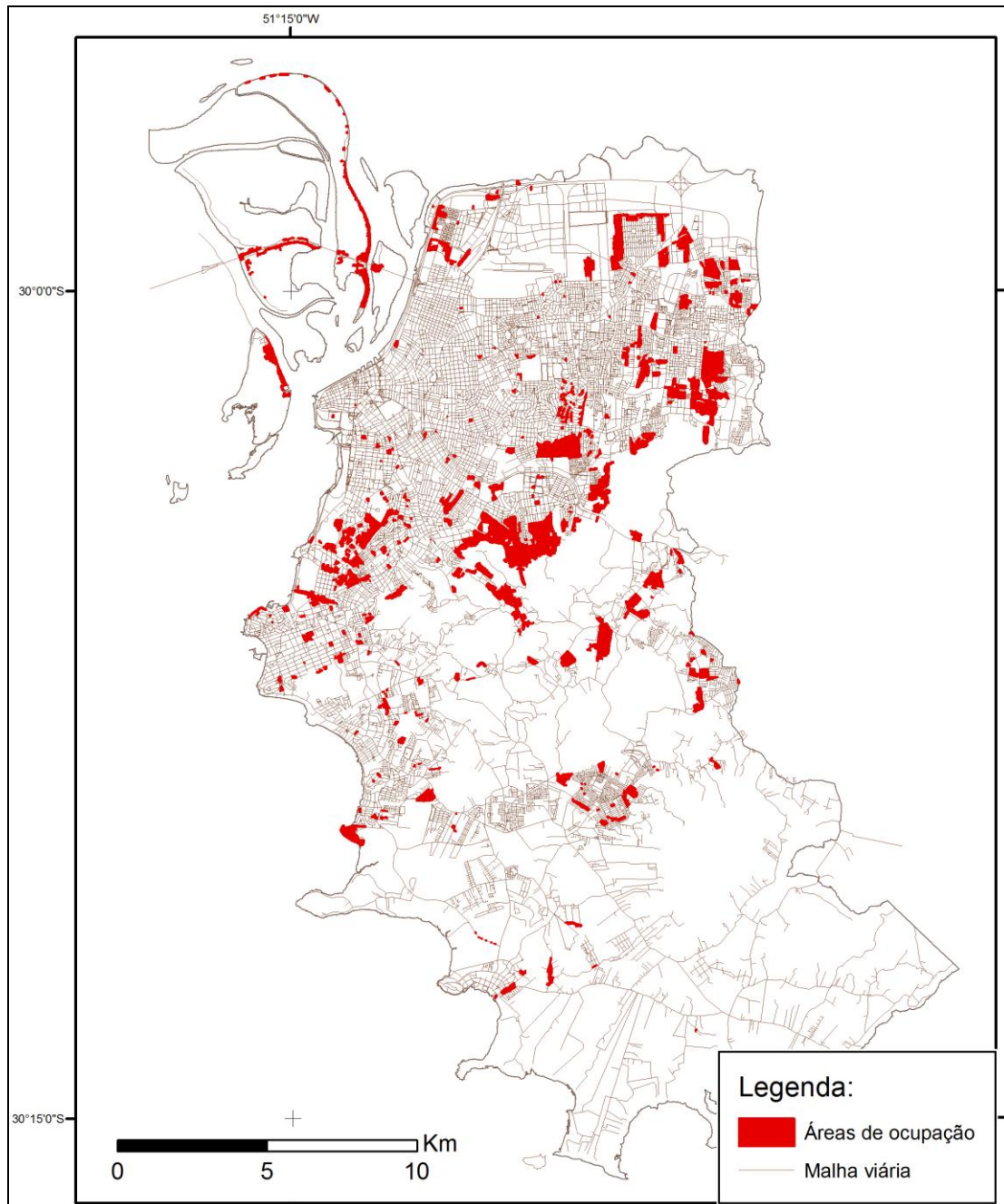


Fonte da imagem: Quickbird, DEMHAB, 2008. Geoprocessamento: Rodrigo de Aguiar.

A intencionalidade de buscar a centralidade e a urbanidade que a cidade oferece é inerente à prática socioespacial das ocupações. As territorialidades resultantes estão em diversas regiões da cidade com acessibilidade a serviços, escolas e fonte de geração de renda (Figura 3). Formam-se com a compreensão do que é autenticamente territorial, pois são tanto materialidade resultante do agir social, quanto ideia, sentimento de que constituem lugares e comunidades próprias, como adequadamente define Jöel Bonnemaïson (2002, p. 126):

O território é, primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros; [...] cada grupo existe criando um equilíbrio – sempre instável – entre o território e o espaço, entre a segurança e o risco, entre o fixo e o móvel, entre o olhar para si – etnocêntrico – e o olhar para os outros.

FIGURA 3 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO IRREGULAR E MACROZONAS DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE.



Fonte: Demhab e SPM, cartografia por Rodrigo Costa de Aguiar.

Pode-se afirmar, assim, que essa prática socioespacial se aproxima muito da microterritorialidade urbana, na medida em que a feição que produzem é a de apropriação do espaço, efetivada por atores envolvidos numa luta pela cidade, os quais vão, ao mesmo tempo, constituindo os próprios coletivos que se veem diferenciados por meio da geografia que produzem. E, é essa geografia que lhes confere identidade e os torna capazes de elaborar uma fala sobre si em relação aos outros.

Estilos de vida, marcações no espaço

O espaço social da metrópole pode ser visto como um autêntico campo de coexistências. Embora preenchido de fatos comunicacionais, não proporciona necessariamente um diálogo participativo, pois reúne contextos diversos, sobrepostos e multiterritoriais que expressam diferentes modalidades de convívio e usos segmentados do espaço urbano⁶. Com base nessa compreensão, comenta-se a seguir o que se pode conceber por estilos de vida, vinculados a três diferentes lugares na cidade de Porto Alegre, sob a perspectiva de que todos eles “transitam” e situam-se no limiar do microterritorial, ora se aproximando, ora se afastando. Os eventos e seus respectivos lugares são: o passeio e o lazer na Rua Padre Chagas, a Feira Ecológica do Bom Fim e a manifestação do movimento social Massa Crítica (Figura 4).

Como temos visto, é notadamente a metrópole ou a grande cidade que oferecem as mais amplas possibilidades de diferenciação. Ana Clara Torres Ribeiro (2008) associa esse fato ao advento da técnica, que possibilita a atualização rápida. Já Ana Fani Alexandre Carlos (2001) concebe a metrópole como o próprio “espaço mundial”, devido à articulação e à simultaneidade que ela oferece. Para Gilberto Velho (2010), por sua vez, esse meio proporciona o exercício do

⁶ Observações de pesquisa em desenvolvimento, com registro e fomento do CNPq, intitulada “Porto Alegre: Meio metrópole/Metrópole meio – condicionamento e compartilhamento do espaço sociocultural”, na qual buscamos aprofundar o conhecimento sobre o compartilhamento do espaço social, investigando a polifonia da paisagem urbana e seus enunciados, estilos de vida e práticas socioespaciais.

multipertencimento. Desse modo, entende que, nele, as “pessoas têm uma experiência complexa, movem-se em múltiplos planos, articulam-se a redes diversificadas e suas identidades não são homogêneas nem se desenvolvem de modo unilinear” (VELHO, 2010, p. 20). Trata-se, pois, de um contexto da cidade contemporânea, que permite às pessoas verem-se mimetizadas em massa, ao mesmo tempo em que reiteram suas opções e estilos de vida e perseguem seus pertencimentos.

Mas, por que afinal a manifestação de um estilo de vida poderia trazer o sentido de microterritorialidade, como estamos discutindo? Para Pierre Bourdieu (2011), o estilo de vida apresenta relação mais estreita com certas posições no espaço social.

Em matéria de consumo cultural, a oposição principal, segundo o volume global do capital, estabelece-se aqui entre o consumo, designado como distinto por sua própria raridade, das frações mais bem providas, ao mesmo tempo, em capital econômico e em capital cultural, por um lado, e, por outro, o consumo considerado socialmente como vulgar – por ser, a um só tempo, fácil e comum – dos mais desprovidos nesses dois aspectos do capital; e, nas posições intermediárias, encontra as práticas destinadas a aparecer como pretensiosas pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização (BOURDIEU, 2011, p. 167 – grifos no original).

No entanto, se Pierre Bourdieu compreende o espaço social mais próximo de um jogo em âmbito social, é necessário ressaltar que o estilo de vida associado a posições nesse conjunto, em diversas ocasiões, ocorre em evidente geografia, em marcações que se assemelham a (micro)territórios, por expressar, em geral, usos e práticas ligados a suas formas específicas de compreensão, suas representações. Isso é o que se observa no passeio da Rua Padre Chagas. De modo similar, não tanto por revelar capacidade de consumo, mas muito mais por opção, escolha de um estilo e, também, de uma concepção de prática, é o que se observa em relação à Feira Ecológica do Bom Fim e à celebração da Massa Crítica.

A Rua Padre Chagas localiza-se no Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, um bairro de classe média alta. Formou-se a partir da expansão urbana da cidade, em área anteriormente ocupada por imigrantes açorianos que, ali fixados,

plantavam e moíam trigo. Posteriormente, na primeira metade dos anos 1900, foi sendo ocupado por residências da elite comercial, financeira e industrial da cidade (FRANCO, 2006). Ainda hoje se vê conservada a arquitetura daquela época, em várias residências, muitas delas, mansões, nas quais diferentes estabelecimentos foram instalados. Atualmente é lugar de consumo de elite, onde se encontram algumas lojas com artigos de moda e vários restaurantes, cafés, rotisseries e bistrôs, além de pequenos mercados que comercializam vinhos e produtos alimentícios importados. Já se produziram autênticas representações a respeito do lugar, haja vista as alcunhas de Calçada da Fama e Rua da Moda, entre outras.

Embora não se pretenda, com essa descrição, dizer que a Rua Padre Chagas seja lugar de passeio exclusivo de classes sociais de elevado poder aquisitivo, considerando que não se trata de um território fechado, a frequência habitual de pessoas com vestuário de estilo em moda, portando novidades, a exemplo de seus aparelhos telemóveis, e os preços em geral praticados em seus estabelecimentos nos levam a considerar que devido à representação que se produz, o lugar adquire notável aspecto microterritorial, em franca distinção de outros locais de compartilhamento da rua na cidade.

FIGURA 4 – CELEBRAÇÃO DO MOVIMENTO MASSA CRÍTICA – PORTO ALEGRE, 2011



Fonte: <<http://massacriticapoa.wordpress.com>>, acesso em 20 de março de 2013.

A Feira Ecológica do Bom Fim realiza-se todo sábado pela manhã, junto ao Parque Farroupilha, no bairro da mesma denominação. Por sua tradição, tornou-se lugar de grande notoriedade, já que, aos domingos, ali também tem lugar uma feira de artesanato e de antiguidades, sendo, inclusive, local de referência turística da cidade. A Feira teve início em 1989, mesmo ano de fundação da Cooperativa Colmeia (DREIER, 2010), e vem se mantendo em crescimento, tanto em termos de reconhecimento, quanto de número de consumidores. O fato de serem os frequentadores da feira predominantemente caracterizados por sua opção por produtos ecológicos, cujos preços são em geral mais altos do que os referentes à agricultura convencional, pode, de certo modo, também influenciar a distinção entre frequentadores e não frequentadores do lugar. Compartilham desse espaço, pessoas de classe média, estudantes e intelectuais. Embora seja comum a presença de moradores do Bom Fim e de bairros vizinhos, para ali acorrem consumidores de locais distantes, com seus automóveis, produzindo um fluxo intenso de trânsito lento.

Durante esse evento, o lugar se caracteriza também por certa ambiência, resultante do zelo com a organização e com a limpeza do local e da padronização das bancas, vinculadas a associações promotoras da feira, sem o apressamento comum desses espaços, e evidente variação de preços, tendo em vista que a maioria dos feirantes são os próprios produtores dos artigos em venda.

Além de local de consumo, é igualmente um espaço de encontro e de bate-papos em frente às bancas, que incluem troca de saberes em relação a práticas de cultivo e uso de ervas medicinais ou temperos, preparo de alimentos, leituras e ideias de sustentabilidade. De modo semelhante ao espaço da Rua Padre Chagas, não se trata de território fechado, mas tão somente de marca desse espaço-tempo: a Rua José Bonifácio, onde acontece a Feira na manhã dos sábados, é microterritorialidade de consumo agroecológico. Seu usuário pode ser aquele que de algum modo, ou num instante de seu cotidiano, porta identidade com esse universo.

A celebração do movimento Massa Crítica, realizada por um grupo numeroso de ciclistas que percorrem as ruas da cidade, é certamente a situação mais discutível para as referências teóricas sobre o fato microterritorial, por uma simples razão: envolve deslocamento variável. Diferencia-se dos microterritórios que compreendem o percurso a pé e se repetem demarcando algum vazio sem notável intervalo de tempo, como bem expôs Marcelo José Lopes de Souza (2008). A decorrente indagação imediata é: o que tem a ver isso com a microterritorialidade? Para responder a essa questão, porém, é preciso antes compreender um pouco esse movimento.

Massa Crítica é um evento que ocorre sempre na última sexta-feira de cada mês, em diversas cidades do mundo. Trata-se de um passeio de bicicleta realizado por simpatizantes do uso dessa alternativa de transporte, que pregam um estilo de vida sustentável e a diminuição do uso do automóvel. A primeira ocorrência desse encontro teve lugar na cidade de São Francisco, Estados Unidos, e sua denominação origina-se da observação, feita por George Bliss, de como os chineses conseguiam se organizar em massa para se mover em meio ao trânsito intenso de automóveis⁷. Jean Baudrillard já havia utilizado esse termo, anteriormente a tais eventos, para caracterizar o limite pelo qual, “uma involução social por inércia, foi transposto” (BAUDRILLARD, 1993, p. 24), ao contrário da noção associada à explosão nuclear. Certamente, o sentido atribuído por Baudrillard é coerente com o ideal dessa mobilização social que, de forma extremamente interessante, espalha-se por diversas cidades e metrópoles.

Em Porto Alegre, o ponto de encontro é o Largo Zumbi dos Palmares (Figura 4), uma esplanada localizada no Bairro Cidade Baixa, bastante próxima ao centro da cidade, de onde partem os ciclistas, sempre às 18h45, como acontece nas demais cidades. O percurso é decidido pelos participantes no próprio local, mas, em regra, inclui esse e os bairros vizinhos, como o Centro da cidade, por exemplo.

Com essas características, o evento se aproxima do que se entende como microterritorialidade: a ocupação do Largo Zumbi dos Palmares, na última sexta-

⁷ Cf. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Critica_\(evento\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Massa_Critica_(evento)). Acesso em 30 de março de 2013.

feira de cada mês, no horário de partida e de chegada do grupo manifestante. E, como o trajeto envolve certa repetição ocasional, aproxima-se também desse sentido em outra escala: a da cidade. Trata-se da sua ocupação que, todavia, não sendo generalizada, logicamente se expressa como intermitentemente micro. Por outro lado, diferentemente da expressão de uso e de representação presente nos dois casos anteriores – a distinção de um estilo –, neste ocorre com evidência a intencionalidade de comunicar essa ocupação e de influenciar, duas das mais importantes propensões da territorialidade humana enunciadas por Robert Sack (1986).

APONTAMENTOS

Iniciamos este artigo com a ideia de refletir sobre a metrópole e seu meio como condicionante de comportamentos, estilos de vida e marcações no espaço. A microterritorialidade foi sendo compreendida, desse modo, implicada nesse contexto, como se fosse originada desse turbilhão que é a cidade, principalmente a metrópole contemporânea, a qual se notabiliza especialmente na consideração das práticas socioespaciais que se repetem em outras cidades do país e do mundo, como a pichação e os estilos de vida. Em se tratando desse aspecto, a microterritorialidade é um fato observável em espaço mais global. É tema próprio do urbano como civilização, segundo observou Henri Lefebvre (2008b), e da metrópole como espaço mundial, conforme registrou Ana Fani Alexandre Carlos (2001).

Nesses termos, se coubesse uma indagação sobre o que se compartilha nesse espaço social, a resposta, em relação à escala do lugar, seria o que é micro, mas, em relação à escala global, o micro generalizado, espalhado, repetido, de possibilidade de reconhecimento além-territórios. Por outro lado, a microterritorialidade necessita de seu enquadramento histórico, pois os fatos a que ela diz respeito devem se reportar às condições do seu surgimento. O aspecto empírico que justifica tal afirmação é que nem sempre a pichação envolveu prática típica de microterritorialidade. As primeiras manifestações surgiram como formas

de protesto, de mobilização política, com os movimentos de Maio de 1968, em Paris. A pichação que caracterizamos aqui não está articulada a uma ideia social mobilizadora, pois expressa muito mais uma estética do que uma ética.

Decorre também da observação de algumas manifestações microterritoriais, o reconhecimento de que elas são sempre inteligíveis por seus praticantes e, às vezes, para os estranhos, mas nem sempre, ou pelo menos, não com a mesma ideia. Isso também se observou em relação à pichação, que envolve a lógica de um jogo entre os praticantes e repercute, para a sociedade em geral, com um único aspecto, o de paisagem urbana marcada.

Certas práticas microterritoriais navegam num campo um tanto dialético, pois, num sentido, dizem respeito a ocupações ou usos que destoam do normal e do estabelecido, e noutro, são também estratégias com a intencionalidade de serem aceitas ou incorporadas, como é o caso das ocupações irregulares em busca de moradia e reprodução social na cidade. Assim, não se poderia entender por descabido que esse mesmo processo não possa estar um pouco contido na ideia de sustentabilidade, subjacente às práticas da feira ecológica e do trânsito de bicicletas.

Em todos os casos comentados, o que soa como aspecto comum a todas as práticas, usos do espaço e ideias difundidas, que se relacionam a tantos outros eventos microterritoriais, é o reconhecimento da existência de uma identidade entre seus atores. Ela é que expressa o singular do grupo praticante. Porém, o mais interessante é o fato de ver o singular repetir-se no espaço distante, em outra cidade, quiçá do outro lado do mundo, enquanto, na própria cidade, o que se repete é a multiplicidade, o multipertencimento, uma multi-microterritorialidade.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas*. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1978].

- BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.) *Geografia Cultural: Um século* (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-132.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- . *A distinção. Crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011 [1979].
- CANEVACCI, Massimo. *Culturas extremas. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CARLOS, Ana Fani Alexandre. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLO, Iara Regina. Características e condições de moradias dos habitantes metropolitanos. In: MAMMARELLA, Rosetta. (Org.). *Como anda Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009. p. 91-128.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade, *Geographia*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 07-26, 1999.
- COLLOVINI, Tiago Luis Gilli. *Pichação: autoafirmação juvenil e territórios de promoção da periferia de porto Alegre*. 2010. Monografia (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28454>>.
- COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorialidades urbanas: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos same sex oriented em Porto Alegre/RS. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Zeferino; UEDA, Vanda. (Org.) *A emergência da multiterritorialidade. A ressignificação da relação do humano com o espaço*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Canoas: Editora da ULBRA, 2008. p. 177-200.
- DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. *L'espace social. Lecture géographique des sociétés*. Paris: Armand Colon, 2007.
- DREIER, Cláudia. *A paisagem construída na produção alternativa praticada por integrantes da Feira de Agricultores Ecologistas em Porto Alegre-RS*. 2010. Monografia

(Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/28505>>.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia histórico*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2006 [1988].

GOMES, Paulo Cezar da Costa. *A condição urbana*. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2001.

———. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Orgs.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 21-44.

———. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. *Scripta Nova. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona. v. 11, n. 245 (67), 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24567.htm>>.

———. Territórios de ocupação e busca da cidade. In: V Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, 2010, Florianópolis. *Anais do V Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais*. Florianópolis : ANPUR; UFSC, 2010. v. 1. p. 1-17

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a [1972].

———. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008b [1968].

———. *La presencia y la ausencia. Contribución. La teoría de las representaciones*. México: FCE, 2006 [1980].

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A cultura-mundo*. Resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [2008].

MORAES, Aldovan de Oliveira. *Da irregularidade fundiária*. Porto Alegre: Demhab, 1999.

———. *Mapa da irregularidade fundiária*. Porto Alegre: Demhab, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da Geografia moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PEIXOTO, Nivea Maria Oppermann; MELLO, Oberon da Silva. Mobilidade urbano-metropolitana na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MAMMARELLA, Rosette (Org.) *Como anda Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2009. p. 129-150.

RAFFESTIN, Claude Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel et al. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988. p. 263-279.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A atualização técnica do urbano. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 5, p. 189-213, 2008.

SACK, Robert D. *Human territoriality. Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, Carl. A morfologia das paisagens. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 12-74.

SEMPRINI, Andréa. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999 [1997].

SENNET, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 [1974].

———. La civilisation urbaine remodelée par la flexibilité. In: *Manière de voir. Le Monde Diplomatique*. Paris: SA Le Monde Diplomatique, n. 114, p. 30-34, Dez. 2010-Jan 2011.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 172, p. 30-38, 1963.

———. A noção de gênero de vida e seu valor atual. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 177, p. 711-720, 1964.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrôpoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1999.

———. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato

(Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2008 [1995]. p. 77-116.

TIZON, Philippe. Qu'est-ce que le territoire? In: DI MÉO, Guy, *Les territoires du quotidien*. Paris; Montreal: L'Harmattan, 1996. p. 17-33.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo*. Identidade punk e território em Londrina. São Paulo: EdUNESP, 2004.

VELHO, Gilberto. MetrÓpole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, jan-jun 2010.

Enviado em: 06/08/2013

Aceito em: 28/09/2013